

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA, ARQUITETURA E RESTAURAÇÃO

Marcos Albuquerque

Universidade Federal de Pernambuco

ABSTRACT

This article discusses the objectives of historical archaeology and its links with projects for the restoration of historical monuments. It analyses the convergences and divergences between the archaeological objectives and the techniques used in restoration. It emphasizes the necessity of a previous discussion, in order to incorporate within the archaeological objectives that which can not be elucidated by the restorers on basis of the textual documentation.

RESUMO

O artigo discute os objetivos da pesquisa arqueológica histórica, em sua vinculação com projetos de restauração de monumentos. Analisa as convergências e divergências entre os objetivos arqueológicos e aqueles dos técnicos responsáveis pela restauração. Ressalta a necessidade de discussão prévia, de modo a incorporar aos objetivos arqueológicos aquilo que não pôde ser elucidado pela documentação textual consultada pelos restauradores.

KEY WORDS

Restoration

Archaeological Objectives

Historical Archaeology

Monuments

PALAVRAS CHAVE

Restauração Objetivos Arqueológicos
Arqueologia Histórica Monumentos

A partir do Sec. XIX a gama de fontes de que se utiliza a história tem sido ampliada; tanto à medida que novas formas de registro são utilizadas quanto à medida que novas formas de abordagem ou mesmo novas óticas permitiram considerar-se como “documento histórico” outros elementos da produção humana.

O século XIX incorpora às fontes históricas, elementos significativos: amplia a documentação figurada através da invenção da fotografia e passa a utilizar de modo bem mais sistemático que anteriormente uma classe de documentos mencionada em seu conjunto como Restos. São vestígios de elementos do passado que não foram produzidos visando a transmissão de conhecimento às futuras gerações; nem mesmo à geração coeva. Antes constituíam-se, à sua época, em elementos do cotidiano destas sociedades. Entre eles figuram do mesmo modo as ruínas de uma cidade, restos de instrumentos, de utensílios, e de quaisquer outros elementos produzidos pelo homem. Mesmo os restos humanos passam a integrar esta classe de documento.

A incorporação desta classe de documentos permitiu um significativo avanço no conhecimento da história, sobretudo de povos ágrafos. Entretanto, o interesse pelo estudo tanto de objetos quanto de edificações de um passado mais distante, não foi despertado apenas no sec. XIX. O interesse pela arte clássica, que levou à constituição de grandes coleções de objetos, motivava escavações como as que se desenvolveram a partir de 1748 em Pompéia. Os objetos resgatados eram vistos primordialmente por seu interesse na reconstituição da

História da Arte. Apenas a partir do sec. XIX desperta-se para uma nova visão de que tais ruínas e objetos poderiam permitir reconstituir-se, ainda que em linhas gerais, parte da história de uma sociedade e de suas relações com outras.

Mesmo em se tratando de sociedades das quais se dispunham de documentação textual, os restos destas sociedades passam a ser vistos não apenas por seu valor estético mas sobretudo por seu valor histórico. Sob esta ótica, não se lhes atribui mais uma mera valorização intrínseca ao objeto, mas busca-se sua inserção no local do achado, sua situação e condições.

Embora esta classe de documentos tivesse sido utilizada desde meados do sec. XIX como auxiliar para a reconstituição da história de povos dos quais também se dispunha de documentação textual, é bem mais tardia sua utilização na reconstituição de um passado mais recente. Deste modo, a documentação material não mais fica restrita às "civilizações mortas" passando a ser utilizada na reconstituição do passado de culturas vivas. É sobretudo a partir da segunda metade do sec. XX que se intensificaram os estudos da chamada Arqueologia Histórica.

Arqueologia Histórica e Restauração de Monumentos

Há menos de vinte e cinco anos atrás, a Arqueologia Histórica não era reconhecida por muitos dos que se dedicavam à Arqueologia pré-histórica no Brasil. Afirmava-se, àquela época, que Arqueologia Histórica não era Arqueologia. Os primeiros desbravadores desta "Arqueologia" dificilmente encontravam espaço em simpósios ou congressos para apresentarem o resultado de suas pesquisas.

Indubitavelmente a Arqueologia Histórica afirmou-se no Brasil. Hoje, em todos os congressos da área, é reservado um espaço considerável destinado a apresentação de trabalhos de Arqueologia Histórica.

A prática de restauração de monumentos no Brasil já contava com larga experiência, quando se iniciavam as pesquisas arqueológicas históricas. Os trabalhos de restauração em sua maioria eram orientados por arquitetos, com amplos conhecimentos em História da Arte.

Os arquitetos, no entanto, nem sempre encontravam na documentação textual ou iconográfica, elementos satisfatórios para a execução de seus trabalhos. Por esta razão, removiam o reboco dos monumentos na esperança de encontrar indícios significativos para uma restauração mais segura. De modo análogo, removiam o solo na busca de algum resto de coluna ou outro qualquer elemento que ajudasse a elucidar as dúvidas surgidas na elaboração do projeto.

Embora já se tivessem desenvolvido pesquisas de arqueologia histórica no Brasil desde a década de sessenta, foi no início da década de setenta que tiveram início os estudos integrados de Arqueologia Histórica e a Arquitetura voltada para a restauração de monumentos. Deste modo, foi elaborado um projeto de pesquisa arqueológica que objetivou o fornecimento de dados para um trabalho de restauração. Este projeto de pesquisa, relacionava-se à restauração da igreja quinhentista de Nossa Senhora da Graça, na cidade de Olinda. Os resultados obtidos com a pesquisa arqueológica, contribuíram de forma efetiva para o projeto de restauração daquele monumento. Este projeto representa, no Brasil, o início de uma experiência, na qual uma restauração foi antecedida por uma ampla pesquisa arqueológica. Em seguida, outras experiências foram realizadas, apresentando igualmente resultados

satisfatórios.

Atualmente, apesar de já ter sido superada a fase de afirmação da Arqueologia Histórica e de já haver demonstrado sua significação para os trabalhos de restauração de monumentos, faz-se necessário que sejam discutidos alguns aspectos de sua prática. Tais aspectos incluem os limites, as convergências e divergências entre os objetivos arqueológicos e os de outras áreas com as quais se estabelecem interfácies. Neste artigo se buscará sobretudo avaliar as relações entre a Arqueologia e restauração de monumentos, tradicionalmente vinculada à Arquitetura.

Contextualização da Arqueologia

A Arqueologia, como qualquer área do conhecimento científico, pode se dedicar ao estudo de períodos específicos sem que haja perda de identidade. Lamentavelmente esta visão não se encontrava claramente delineada nos primórdios da prática da Arqueologia Histórica no Brasil. Esta, me parece, foi a principal causa das distorções conceituais que impediram a aceitação da Arqueologia Histórica por parte de alguns arqueólogos que se dedicavam ao período pré-histórico.

A Arqueologia, do ponto de vista científico, independentemente do período que aborde, possui Objetos Material e Formal definidos. De um modo mais amplo, o Objeto Material de estudo da Arqueologia é a Sociedade enquanto que o Objeto Formal é forma própria e única da abordagem arqueológica.

Sendo a sociedade o Objeto Material de estudo da Arqueologia, o entendimento da mesma deverá nortear as buscas arqueológicas. Como, no entanto, é privado ao arqueólogo o contato direto com a sociedade em estudo, o entendimento da

mesma deverá estar baseado no estudo das relações entre os elementos materiais da cultura.

O Objeto Formal da Arqueologia, constitui-se na maneira própria e única que foi desenvolvida por esta área do conhecimento com a finalidade de permitir o acesso à sociedade em estudo através das relações entre os produtos materiais desta mesma sociedade entendendo-se tais produtos não apenas os objetos ou estruturas arqueológicas, mas ainda quaisquer outros registros de sua interferência.

A Arqueologia, portanto, não possui como objetivo o resgate de “peças” ou de “curiosidades” de uma sociedade. Tão pouco se realiza na identificação de antigas estruturas. Possui sim, o objetivo primordial de entender e explicar uma sociedade através de elementos materiais, produto de suas atividades e das relações destes elementos entre si e com o seu meio ambiente.

O conhecimento produzido pela Arqueologia integra o todo do conhecimento científico, entretanto, em virtude de seu **modus operandi**, sobretudo o interdisciplinar, não apenas recebe informações como também contribui de forma significativa para outras áreas do conhecimento científico.

O resultado de uma pesquisa arqueológica, ou seja as suas conclusões, apresentam distintos níveis de respostas. Estas respostas devem atender, em primeiro lugar, à elucidação de problemas cientificamente formulados. Portanto, um projeto de pesquisa arqueológica deve apresentar como preocupação primeira a explicação de problemas do ponto de vista científico. Entretanto, além dos problemas específicos da Arqueologia, frequentemente problemas de outras áreas constituem-se em motivo de estudo da Arqueologia. Exemplifique-se com problemas relativos a paleonutrição, paleobotânica, pa-

leopatologia, paleoclimatologia, estratigrafia, dentre outros.

A utilização do método científico no trato dos elementos materiais de culturas gradativamente importa técnicas de outras áreas do saber, incorporando para a interpretação de seus dados, análises de outras áreas do conhecimento.

Atualmente a interdisciplinaridade presente na pesquisa arqueológica, representa a ampliação da gama de informações resgatáveis em um sítio arqueológico. Deste modo, suas fontes não mais se restringem a elementos produzidos pelo homem, mas abrangem ainda outros elementos contidos no registro arqueológico. O procedimento interdisciplinar não significa apenas a absorção, por parte da Arqueologia, dos conhecimentos oriundos das demais áreas, mas sim sua integração a um processo de retroalimentação do conhecimento científico. Do mesmo modo que faz uso de conhecimentos gerados por outras áreas, a pesquisa arqueológica gera novas fontes de informações para estas mesmas áreas.

O produto de uma pesquisa arqueológica, necessariamente relaciona-se com o entendimento da sociedade estudada, assim como do meio ambiente a ela relacionado. Entretanto, estes resultados muitas vezes transcendem os aspectos puramente científicos, como se verá adiante.

O homem, como constante e contínuo inquiridor, sempre procurou explicar-se a si próprio. Suas origens, de onde veio, o que produziu, como produziu, sua razão de ser, etc.. Antes do surgimento da Arqueologia, todas as respostas a estas questões que extrapolavam o lapso temporal de domínio da documentação textual eram encontradas em explicações místicas provenientes das mais diferentes cosmogonias. Os mitos, as sagas e as lendas, evidentemente relacionadas ou originárias da tradição oral, envolviam quase sempre um núcleo

histórico; o contínuo repassar ou o repassar objetivando o reforço de uma ideologia conduz a um esperado distanciamento dos fatos. A Arqueologia tem conduzido à obtenção de respostas, em bases científicas, a grande parte destas preocupações. Por outro lado, nem todo o conhecimento humano é constituído pelo conhecimento científico. As várias modalidades de conhecimento como o popular, o religioso, o filosófico, interagem com o conhecimento científico. É sob este aspecto que o conhecimento científico, oriundo da Arqueologia, transcende a si próprio interagindo com os demais.

É inegável que algumas descobertas arqueológicas abalaram aspectos do conhecimento religioso, bem como do filosófico. As informações aportadas pela Arqueologia provocaram a busca de novas interpretações, de modo a que houvesse um certo “equilíbrio” entre a “verdade arqueológica” e suas respectivas “verdades”. É entretanto o conhecimento popular o meio de cultura mais propício à proliferação de explicações fantasiosas para as descobertas arqueológicas. A imaginação fértil, associada a um fascínio pelo misterioso, tem criado explicações verdadeiramente fantásticas para os achados arqueológicos. Estas explicações, frequentemente têm prejudicado a prática arqueológica bem como a imagem da própria Arqueologia perante a sociedade. Tais explicações inegavelmente estão relacionadas à memória social.

Memória, História e Arqueologia

A memória tem sido objeto de estudo das mais variadas áreas do conhecimento em diferentes épocas. Do ponto de vista de uma abordagem tanto histórica, quanto arqueológica, o entendimento da memória, em seu mais amplo sentido, torna-se de substancial interesse para o desenvolvimento destas áreas. Ressalte-se, inclusive, que do ponto

de vista desta **abordagem** torna-se imperioso não apenas o entendimento da memória, mas ainda de suas perturbações. O papel exercido pela memória na constituição de fontes, é consideravelmente influenciado por diferentes tipos de perturbações, destacando-se entre elas a amnésia, como ressaltaram, Meudlers, Brion e Lieury em 1971.

Changeux, em 1971, destacou que o processo de ordenação dos vestígios relaciona-se diretamente com o processo de memória humana. Demonstra inclusive que este complexo processo transcende à ordenação, permitindo uma releitura destes mesmos vestígios.

Em todas as sociedade humanas encontra-se presente o “ato narrativo” que constitui-se na transmissão a terceiros de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto. É portanto, o “ato narrativo” na concepção de Pierre Janet o ato mnemônico fundamental. Este ato exige além de uma ordenação dos fatos uma capacidade de abstração. Como o “ato narrativo” exige uma linguagem de expressão pode-se afirmar, em concordância com Henri Atlan, que existe uma aproximação entre linguagens e memórias. Para este autor, inclusive, “a utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória, que graças a isto, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar entreposta quer nos outros quer nas bibliotecas”.

Em uma notável contribuição ao estudo da memória, Leroi-Gourhan considera a existência de três tipos de memória: a memória específica, a memória étnica, e a memória artificial. Entende, aquele autor, como memória específica, aquela responsável pela fixação do comportamento animal, algo relacionado com a programação genética de cada espécie. A memória étnica seria responsável “pela reprodução dos comportamen-

tos nas sociedades humanas”; enquanto que, a memória artificial relacionar-se-ia com a eletrônica, com a cibernética.

Trabalhos mais recentes, sobretudo na área da psicanálise, preocuparam-se com as relações existentes entre o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura, e a memória individual, sobretudo através de manipulações conscientes ou inconscientes. Observou-se também que a manipulação da memória coletiva relaciona-se com a luta pelo poder. Observa Le Goff que os “esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação de memória coletiva”. Para o estudo da memória histórica observa ainda Le Goff, que “é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita e as fases de transição da oralidade à escrita”.

Para o estudo da memória oral torna-se imprescindível as colocações de Nadel relativas aos Nupe da Nigéria. Segundo as observações deste autor haveria dois “tipos” de história; a objetiva e a ideológica. A história objetiva seria “a série de fatos que nós, investigadores, descrevemos e estabelecemos com base em certos critérios “objetivos” universais no que respeita às suas relações e sucessão. A história ideológica, que Le Goff considera “memória coletiva” seria para Nadel “a que descreve e ordena os fatos de acordo com certas tradições estabelecidas”. Esta história tenderia a confundir a história com o mito, buscando explicar a origem das sociedades através de uma memória caracterizada por uma maior liberdade e criatividade.

Algumas das características da “história ideológica” de Nadel, associadas às observações referentes a “amnésia coletiva” de Le Goff, instigam o arqueólogo a elaborar algumas considerações acerca do monumento arqueológico, quer histórico

quer pré-histórico. Instigam **sobretudo** o desempenho do arqueólogo diante da memória social.

Um monumento do passado que chegou aos dias atuais intacto, ou sob forma de ruína, constitui-se em um elemento da **memória coletiva** desta sociedade. Tentaremos pois, entender alguns aspectos fundamentais desta “memória” com relação ao monumento, à luz das considerações acima expostas.

Um monumento, um forte por exemplo, constitui-se materialmente em uma realidade do presente para a sociedade atual. Entretanto, inegavelmente, este mesmo monumento traz consigo, desde o período de sua construção, elementos que agregam-se sucessivamente à memória coletiva. Esta agregação de elementos à memória coletiva dá-se através de uma conjugação de processos sociais dos mais diferentes matizes.

A implantação dos sistemas coloniais nas Américas, por exemplo, aporta uma documentação textual que se refere não apenas à sociedade européia transplantada, mas ainda às sociedades nativas ágrafas, cujas memórias seriam até então essencialmente orais, exceto por manifestações pictóricas. Entre estas manifestações podem se incluir as gravuras e pinturas tanto rupestres quanto corporais, a “decoração” da cerâmica ou de instrumentos de madeira.

Do ponto de vista da amplitude tratada, a documentação textual relativa à fixação de europeus nas Américas, e suas relações com o novo ambiente a ser explorado, frequentemente apresenta-se fragmentária. Seja por conservação, seja por extravios e danos nos transportes, destruição por fatores naturais, destruições intencionais, enfim toda gama de fatores que atingem de um modo geral a documentação histórica.

Fragmentária ainda pela própria natureza das informações registradas. A triagem natural dos temas a serem registrados, que não necessariamente representa uma omissão intencional, mas que quase sempre se relaciona com a própria natureza do fato, restringe significativamente o universo das informações registradas - a memória escrita.

Por outro lado, o registro documental das novas sociedades americanas representa uma visão unilateral, mesmo quando se refere a assuntos relativos às sociedades nativas. As abordagens das sociedades nativas através da documentação textual, necessariamente representam uma interpretação exercida por elementos da sociedade européia, constituindo-se em uma fonte a ser complementada.

Do mesmo modo, a abordagem da própria sociedade colonial abrangida pela documentação textual, não necessariamente atinge a totalidade dos aspectos destas sociedades. Muitas das informações do cotidiano estão contidas, implícita ou explicitamente, na documentação, entretando outros aspectos do comportamento destas sociedade não chegam ao presente através do registro textual. São frequentes, por exemplo, os casos em que se constata divergências entre estruturas projetadas e a atual configuração. Frequentemente as pesquisas arqueológicas têm demonstrado que projetos não foram executados na íntegra, ou que foram feitas alterações, quer de simplificação, quer de ampliação. Observou-se ainda através de pesquisas arqueológicas que foram adotadas soluções locais que implicam em alterações dos usos de materiais; fatos constatados na prática, mas que passaram imunes ao registro textual.

Frequentemente observa-se um conflito explicativo, em relação a um monumento, entre a "história objetiva" e a "história ideológica". Na maioria das vezes, é possível resgatar-se uma

documentação textual relativa ao monumento, que permite ao historiador acessar a sua “história objetiva”. A confrontação, entretanto, entre esta história e a memória coletiva normalmente entra em rota de colisão em diversos aspectos; é a “memória escrita” conflitando-se com a “memória oral”. Muitos dos aspectos relativos à história de um monumento são submetidos a “manipulações conscientes ou inconscientes” de forma a proporcionar certos “esquecimentos” da sua história. Por outro lado, o “ato narrativo” que se sucede ao longo das gerações proporciona uma “releitura” do monumento associando “amnésia coletiva” à confusão da história com o mito. O monumento pois, que poderia ser um testemunho materializado da memória de uma época, passa na maioria das vezes à categoria de epicentro de uma narrativa mítica.

Por outro lado, as explicações para um monumento, retidas, na memória coletiva, frequentemente assumem proporções de ficção que desviam a sociedade do entendimento de si própria. Heróis são transformados em vilões, personagens inexistentes são criados, personagens reais são esquecidos, fatos são distorcidos, a cronologia é muitas vezes desprezada.

A nossa experiência arqueológica, ao longo de 27 anos, tem possibilitado o confronto, em todos os monumentos escavados, entre a “memória oral” a “memória escrita” e o registro arqueológico. A Feitoria de Cristovão Jaques, local de desembarque dos primeiros portugueses em terras pernambucanas, encontra-se em perfeito estado de “amnésia” com relação a “memória oral” embora restem alguns registros de sua “memória escrita”. O Forte Real do Bom Jesus, que deu origem ao Arraial Velho do Bom Jesus, local de grande e efetiva resistência ao invasor holandês, marco referencial da História social de uma época, não possui praticamente registro na “memória oral” da sociedade pernambucana, apenas

a estrada que lhe dava acesso permaneceu com seu antigo nome, estrada do Arraial, mas que a população não associa ao monumento. A fortaleza da Santa Cruz, construção portuguesa, é popularmente conhecida como o Forte de Orange, denominação de um antigo forte de construção holandesa, que existia no local, e que restou fixado na "memória oral". Uma pequena construção abaixo do nível do piso, encontrada no refeitório deste Forte foi reinterpretada e sucessivamente transmitida como sendo a entrada de um conjunto de subterrâneos que dariam acesso a Igarassu e Olinda, e que em seu interior encontram-se grandes riquezas enterradas pelos holandeses. O sistema de esgoto ao qual se achavam interligadas varias construções religiosas em Olinda, segundo a tradição popular, seriam túneis que interligariam diversos conventos de modo a permitir encontros amorosos entre padres e freiras. A cisterna do Forte de óbidos, no Pará, foi registrado pela "memória oral" como sendo uma câmara de torturas. Monumentos pré-históricos que apresentam painéis de pintura rupestre são reinterpretados como "mapas de tesouros dos holandeses". Como estes exemplos, inúmeros outros poderiam ser citados para demonstrar a dicotomia existente entre a "memória oral" e a "história objetiva" inclusive relativos a "amnésia coletiva" quanto a diversos eventos.

No caso particular da Arqueologia Histórica brasileira, são comuns versões extraordinárias sobre as façanhas dos jesuítas no Sul do país, bem como dos holandeses no Nordeste. Incluem-se, botijas, tesouros, cidades perdidas, túneis de fuga, túneis para colóquios amorosos entre padres e freiras, dentre muitos outros que conduzem curiosos e caçadores de tesouros a cavar, derrubar paredes, na busca de suas fantasias, e que poderiam transformar-se em milhares de páginas desta "arqueologia paralela".

A Arqueologia Histórica, por intervir em uma área povoada por conceitos pré-estabelecidos, com fortes vínculos com a memória coletiva, ou com a história ideológica, que em geral não apresenta limites rígidos entre a História e o Mito, vê-se frequentemente confrontada com esta memória de ampla liberdade de criatividade. Por outro lado, pelo fato de grande parte dos sítios históricos encontrarem-se em áreas que continuam povoadas, as pesquisas neles desenvolvidas tendem a despertar a curiosidade de um grande número de pessoas, a serem assistidas de perto pela população, atraída pelos trabalhos. Portanto cabe aos pesquisadores a missão de, além de estabelecer suas interpretações, desenvolver um trabalho de extensão, voltado para um maior esclarecimento da população, de modo a permitir um maior intercâmbio entre estas duas modalidades de conhecimento. Neste particular, entretanto, esta missão deverá ser estendida aos especialistas de outras áreas do saber, incluindo-se aqueles que se dedicam à restauração.

A Produção Técnica da Arqueologia Histórica

Um outro aspecto de significativa importância, é o da contribuição técnica da Arqueologia.

Diferentes áreas do conhecimento beneficiam-se desta contribuição técnica da Arqueologia. Neste artigo entretanto, se buscou enfatizar especialmente a intercambialidade de conhecimento com a Arquitetura, sobretudo a voltada para a restauração de monumentos.

De acordo com o que foi discutido anteriormente, a contribuição da Arqueologia para outras áreas do conhecimento se dá em diferentes níveis. A par da contribuição científica, relacionada à elucidação de problemas científicos, a pesquisa

arqueológica permite a **geração de fontes** confiáveis para os estudos de outras áreas. A geração de tais fontes pode ser considerada como uma produção técnica da Arqueologia, uma vez que decorre do emprego de técnicas arqueológicas na abordagem do sítio.

Deste modo, a produção técnica, constitui-se em uma decorrência das preocupações científicas da Arqueologia, não podendo, entretanto, constituir-se em sua essência, como já ocorreu outrora. Esta diferença, aparentemente sutil, é de significativa importância para o entendimento do tema. Isto porque o estudo de um sítio histórico sendo desenvolvido apenas com o objetivo de resgatar aspectos de natureza técnica, ou artística, terá perdido de forma irremediável a possibilidade de resgate das relações entre os elementos do registro arqueológico, o que permite um maior acesso ao entendimento da sociedade, objeto principal do estudo arqueológico.

Como já foi mencionado anteriormente, a produção técnica da Arqueologia é uma consequência natural de suas preocupações científicas. Uma escavação arqueológica, portanto, cientificamente conduzida, necessariamente oferecerá um rigoroso controle especial do monumento e de seus arredores. Este controle especial é materializado de forma tridimensional de modo a permitir a localização de todos os dados encontrados, o que permite seu tratamento e posterior transformação em informação.

A pesquisa arqueológica conduzida sob uma ótica científica, deverá ter como objetivo a elucidação de algum "problema" cientificamente estabelecido. Para o restaurador, no entanto, interessa mais de imediato os aspectos decorrentes do objeto formal da Arqueologia, ou seja de sua prática operacional.

O estudo dos elementos materiais da cultura e suas re-

lações entre si e com o meio ambiente, **permite ao arqueólogo penetrar e interpretar parte dos diversos sub-sistemas de um sistema cultural.** Ora, este procedimento passa necessariamente por aspectos técnicos do sistema estudado e constitui-se em um dos segmentos de um projeto da pesquisa arqueológica. É justamente este aspecto o que se afigura de maior significância para o restaurador.

Os recursos técnicos de que dispõe a Arqueologia **para desenvolver um projeto de pesquisa, permite a detecção de um conjunto bastante amplo e objetivo de informações indispensáveis ao trabalho do restaurador.** Dentre estas informações poder-se-ia destacar, as seguintes:

- a- Correspondência entre a ou as plantas disponíveis e o monumento efetivamente construído.
- b- Etapas da construção planejadas e não executadas.
- c- Etapas da construção planejadas, iniciadas e não concluídas.
- d- Posicionamento cronológico das etapas construtivas.
- e- Posicionamento cronológico das modificações efetuadas.
- f- Material construtivo utilizado: 1m .00”
 - por matéria prima
 - por morfologia
 - por distribuição espacial
 - por cronologia de utilização
 - por reutilização

- por etapa construtiva
- por material de cimentação
- por origem do material
- por detalhes construtivos

Deste modo, complementarmente à documentação textual ou iconográfica, o arqueólogo poderá fornecer ao restaurador, informações concretas quanto às diferentes etapas construtivas do monumento.

Considerações Finais

Ressaltamos mais uma vez que estes dados não constituem-se no objetivo central de uma pesquisa arqueológica. Entretanto como a Arqueologia testa as suas hipóteses, bem como estabelece as suas conclusões em função do estudo relacional dos elementos materiais da cultura, obviamente estes dados necessariamente afloram antes da etapa final de uma pesquisa arqueológica. Ora, são exatamente estes dados que são de significativa importância para o trabalho do restaurador. Caso a documentação textual correspondesse sempre à realidade, não seria difícil aos arquitetos elaborarem um projeto de restauração. Bastaria uma consulta às plantas e textos e seria obtido a feição do monumento no período desejado. Na prática observa-se que nem sempre ocorre esta justaposição de informação. Ou seja, nem sempre, ou na maioria das vezes, a construção foi realizada conforme as plantas existentes. Este fato decorre de modificações ao longo da obra por razões as mais diversas. Falta de recursos, falta de capacitação técnica, fatos novos relacionados com a estratégia militar e muitos outros. Por esta razão, e por termos constatado este fenômeno

ao longo de mais de duas décadas de escavação em monumentos é que temos a certeza da necessidade da realização de uma escavação arqueológica em fase anterior à elaboração de um projeto de restauração de um monumento.

Evidentemente os resultados obtidos através da pesquisa arqueológica, não substituem a análise estética dos objetivos a ser executada pelo historiador da Arte. Antes, fornece-lhe elementos complementares que subsidiarão a pesquisa.

É interessante que seja ressaltado, que, em alguns casos, o restaurador, em momento anterior a elaboração de seu projeto, já tem em vista alguns problemas, claramente definidos. Seria oportuno que neste caso, além do que a Arqueologia possa fornecer ao restaurador, de forma convencional, seja incorporado os problemas do restaurador ao projeto arqueológico. Desta forma o arqueólogo terá condições de dar uma atenção especial para a resolução dos problemas desta área afim.

Com base no que foi discutido, deve-se admitir a necessidade de que, ao ser elaborado o projeto de restauração de um monumento, que o mesmo seja antecedido por uma pesquisa arqueológica. Pesquisa que atenda aos propósitos científicos da Arqueologia, enquanto ciência, e que também atenda aos problemas da restauração, através de sua produção técnica.

Parece-me oportuno que os trabalhos de pesquisa arqueológica bem como os de restauração de monumentos passem a ser executados forma integrada, de modo a permitir um verdadeiro intercâmbio de conhecimento e de informações.

Para que esta abordagem encontre respaldo pragmático torna-se indispensável que arquitetos passem a entender as preocupações e os recursos oferecidos pela Arqueologia, do mesmo modo que os arqueólogos que praticam Arqueologia

Histórica desenvolvam os seus projetos de pesquisa de modo a atender às necessidades dos restauradores.

Acredito que os cursos de Arquitetura, sobretudo aqueles que oferecem disciplinas voltadas para a restauração de monumentos, devam incluir em seus currículos uma disciplina de Arqueologia Histórica. Esta disciplina não objetivaria a formação de arqueólogos, mas permitiria ao restaurador uma dos recursos de que ele poderia dispor, através dos resultados advindos da pesquisa arqueológica.

BIBLIOGRAFIA

ATLAN, Henri. Conscience et désirs dans des systèmes auto-organisateurs. IN: Morin e Piattelli Palmarini, 1974, pp. 449-65.

BESSELAAR, José van den. Introdução aos estudos históricos. São Paulo, EPU, 1979, 340 p.

CARENA, Carlo. Ruína/restauro. Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Memória-História. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 107-29.

CHANGEUX, J. P. Discussion a J.-P. Changeux e A. Danchin, Apprendre par stabilisation sélective de synapses en cours de développement. IN: Morin e Piattelli Palmarini, 1974, pp. 351-57.

LE GOFF, Jacques. Memória. Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Memória-História. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 11-50.

———. Documento/monumento. Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Memória-História. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 95-106.

———. **História. Enciclopédia Einaudi**, vol. 1, Memória-História. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 158-259.

———. **Passado/Presente. Enciclopédia Einaudi**, vol. 1, Memória-História. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 293-310.

———. **Idades míticas. Enciclopédia Einaudi**. vol. 1, Memória-História. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp 311-337.

LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra**. 2- Memória e Ritmos. Col. Perspectivas do Homem, nº 18. Porto, Edições 70, 1987, 247p.

MEUDLERS, M.; BRION, S. & LIEURY, A. "Mémoire". IN: **Encyclopaedia Universalis**, vol. X, Encyclopaedia Universalis France, Paris, 1971, pp. 785-91.

NADEL, S. F. **A black Byzantium. The kingdom of Nupe in Nigeria**. London, 1942, Oxford University Press.

Endereço: Marcos Albuquerque Caixa Postal 7874

Cidade Universitária

52071-440 - Recife-PE

Fone: (081) 271-8291

Fax : (081) 271-8260